



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO CAMPUS XI E A INCLUSÃO DE COTISTAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS: O QUE TEMOS APRENDIDO AO LONGO DOS ANOS?

107

NAI CAMPUS XI Y LA INCLUSIÓN DE CUOTA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD O NECESIDADES ESPECÍFICAS: ¿QUÉ HEMOS APRENDIDO A LO LARGO DE LOS AÑOS?

NAI CAMPUS XI AND THE INCLUSION OF QUOTA STUDENTS WITH DISABILITIES OR SPECIFIC NEEDS: WHAT HAVE WE LEARNED OVER THE YEARS?

Cleudson Alves Rosa

Discente Graduando do curso de Pedagogia
Bolsista Afirmativa/ Edital 103/2023

Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso

Professora, UNEB- DEDC, XI
Docente orientadora-Programa Afirmativa
Edital 103/2023

RESUMO

Neste artigo, documentamos e analisamos as práticas de inclusão do *Campus XI*, da Universidade do Estado da Bahia -UNEB, destacando políticas afirmativas como as que implementam o sistema de cotas, que amplia o acesso de grupos marginalizados, incluindo pessoas na condição de deficiência, negros, quilombolas, indígenas, ciganos e comunidade LGBTQIAPN+. Adotando uma metodologia qualitativa, com estudo documental e bibliográfico, fundamentado no socio interacionismo de Vygotsky (1991), e teóricos como Freire (1996) e Brasil (1996) e outros, o estudo mostra que, desde sua criação, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) promove um ambiente acadêmico inclusivo por meio de construção de materiais didáticos, formação de professores e tecnologias assistivas. A partir de 2018, a expansão das cotas aumentou significativamente a presença de estudantes com necessidades especiais, exigindo ações afirmativas mais robustas. As práticas do NAI fortalecem a capacidade dos educadores para lidar com a diversidade, e as atividades de formação, pesquisa

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



e extensão são essenciais para criar um ambiente educacional acolhedor e acessível, promovendo uma cultura de inclusão dentro e fora da universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas. Estudantes. Inclusão. NAI. UNEB.

RESUMEN

El artículo documenta y analiza las prácticas de inclusión del Campus XI de la UNEB, destacando políticas afirmativas como las cuotas, que amplían el acceso de grupos marginados, incluidas personas con discapacidad, negros, quilombolas, indígenas, gitanos y LGBTQIA+. Adoptando una metodología cualitativa con estudio documental y bibliográfico, basado en el socio interaccionismo de Vygotsky (1991) y teóricos como Freire (1996) y Brasil (1996) y otros, el estudio muestra que, desde su creación, el Centro de Accesibilidad e Inclusión (NAI) promueve un ambiente académico inclusivo a través de adaptación de materiales didácticos, formación docente y tecnologías de apoyo. A partir de 2018, la ampliación de cuotas aumentó significativamente la presencia de estudiantes con necesidades especiales, requiriendo acciones afirmativas más sólidas. Las prácticas del NAI fortalecen la capacidad de los educadores para abordar la diversidad, y sus actividades de capacitación, investigación y extensión son esenciales para crear un ambiente educativo acogedor y accesible, promoviendo una cultura de inclusión dentro y fuera de la universidad.

PALABRAS CLAVE: Cuotas. Estudiantes. Inclusión. NAI. UNEB.

ABSTRACT

The article documents and analyzes the inclusion practices of UNEB Campus XI, highlighting affirmative policies such as quotas, which expand access for marginalized groups, including PWDs, blacks, *quilombolas*, indigenous people, gypsies, and LGBTQIA+. Adopting a qualitative methodology with documentary and bibliographical study, based on Vygotsky's (1991) socio-interactionism, and theorists such as Freire (1996) and Brazil (1996), the study shows that, since its creation, the Accessibility and Inclusion Center (NAI) has promoted an inclusive academic environment through the adaptation of teaching materials, teacher training, and assistive technologies. Since 2018, the expansion of quotas has significantly increased the presence of students with special needs, requiring more robust affirmative actions. NAI's practices strengthen educators' ability to deal with diversity, and its training, research, and outreach activities are essential to creating a welcoming and accessible educational environment, promoting a culture of inclusion inside and outside the university.

KEYWORDS: Quotas. Students. Inclusion. NAI. UNEB.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um imperativo nas sociedades contemporâneas, marcadas pela diversidade e pela necessidade de garantir acesso igualitário ao ensino superior para todos os indivíduos. No Brasil, as políticas de cotas emergem como



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS(TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO-ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

instrumentos estratégicos e estruturantes para a democratização do ensino superior, ampliando as oportunidades para grupos historicamente marginalizados, inclusive para pessoas com deficiência e/ou com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Tais políticas transcendem o papel de compensação de desigualdades e reafirmam um compromisso institucional e social com a promoção de uma educação inclusiva e transformadora, ao assegurar a representação e a plena participação de sujeitos diversos no ambiente acadêmico.

Em face desse contexto, o presente artigo propõe-se a ponderar sobre a trajetória do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do *Campus XI* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), buscando registrar a narrativa do movimento constitutivo deste núcleo, apresentar as experiências e práticas elaboradas pelo coletivo do *Campus XI*, na criação e implementação do referido setor, e descrever as estratégias pedagógicas construídas para mediar a inclusão de pessoas com NEE e/ou deficiências no *Campus XI*, na tentativa de compreender os avanços, desafios e aprendizagens, ao longo dos anos de existência do núcleo.

A questão central que norteou o estudo foi: de que maneira o NAI tem contribuído na promoção da inclusão, acessibilidade e permanência de alunos cotistas com deficiência e/ou com NEE ao longo dos anos?

Nesse sentido, este trabalho reveste-se de relevância por seu potencial de documentar e analisar práticas inclusivas em uma universidade pública comprometida com a equidade educacional. Com o avanço das pautas de diversidade, é imperativo que instituições de ensino superior, como a UNEB, assumam uma postura proativa na promoção da acessibilidade e inclusão, consolidando um ambiente acadêmico verdadeiramente plural e acessível para todos e todas.

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



As reflexões pontuadas, ao longo do ensaio, se fundamentam nas contribuições de autores proeminentes, como Vygotsky (1991), Freire (1996) e Brasil (1996), entre outros, cuja abordagem crítica oferece bases substanciais para a análise das práticas inclusivas no *Campus XI* da UNEB.

Assim, este trabalho busca não apenas analisar, mas também contribuir para a transformação das práticas educativas inclusivas, reafirmando o compromisso com a equidade e a justiça social. As experiências do NAI no *Campus XI* oferecem um exemplo valioso de como a colaboração e o empenho em ações afirmativas podem transformar realidades, promover a inclusão e garantir o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

2 DIÁLOGOS TEÓRICOS

A inclusão educacional constitui um compromisso fundamental com a promoção da justiça social e a equidade, sendo um pilar essencial para a construção de uma sociedade democrática e plural. Contudo, o processo de inclusão vai além da simples presença física dos estudantes nas instituições de ensino superior, exigindo a implementação de um conjunto de ações que assegurem uma verdadeira participação acadêmica. Nesse contexto, a adaptação curricular, o suporte pedagógico adequado e o reconhecimento da diversidade cultural e individual são fundamentais para garantir que os estudantes se sintam verdadeiramente incluídos e integrados, o que, por sua vez, potencializa o processo de ensino-aprendizagem.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente no *Campus XI*, exerce um papel essencial na promoção da inclusão de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, assegurando condições equitativas de acesso e sucesso acadêmico em um ambiente acessível e acolhedor. Como destacam Silva e Cardoso (2019):

A criação e institucionalização do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Educação Inclusiva do Departamento de Educação do Campus XI – Serrinha, justifica-se pela necessidade de integrar experiências de ensino, pesquisa e extensão voltadas à construção de uma educação plural e democrática, que acolha e inclua todos os indivíduos, criando um espaço acessível e garantindo o direito à aprendizagem para todos os cidadãos que buscam a formação educacional nas instituições (Silva; Cardoso, 2019, p. 01).



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

A atuação do NAI se insere em um esforço contínuo para promover uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva, abrangendo diversas dimensões da experiência acadêmica. Além de garantir a acessibilidade física, o núcleo empenha-se em eliminar barreiras pedagógicas, sociais e culturais, de modo a assegurar que todos os estudantes sem exceção, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. Esse núcleo incorpora a missão de oferecer uma educação crítica e plural, comprometida com a formação de cidadãos capazes de contribuir para a transformação social. Neste interim, Freire (1996) pondera: "a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." Essa perspectiva reflete a importância de uma prática pedagógica que não apenas acolha a diversidade, mas que instigue o pensamento crítico e a conscientização dos estudantes sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma, o esforço do NAI reflete o compromisso dos atores e atrizes sociais que, ao longo dos anos, têm lutado por avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão, promovendo uma educação cada vez mais democrática, acessível e emancipatória. Essas ações, pautadas na luta por direitos e na superação de barreiras históricas, consolidam-se como parte de um movimento contínuo em defesa da justiça social e da equidade educacional.

Nesse contexto, a inclusão educacional não é apenas um ideal, mas uma diretriz consolidada em marcos legais que orientam a organização do ensino no Brasil. Segundo o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado:

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



A Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado (Art. 58); devendo ser parte integrante da proposta pedagógica da escola comum, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, p. 79).

A inclusão educacional, enquanto prática e princípio, é resultado de transformações paradigmáticas ocorridas ao longo do tempo. Em diferentes momentos históricos, as noções de normalidade e não-normalidade desempenharam um papel central na definição das atitudes e políticas voltadas às pessoas com deficiência. Essas construções, influenciadas por contextos culturais e sociais específicos, moldaram não apenas as práticas educativas, mas também a percepção coletiva sobre quem deveria ocupar os espaços escolares e universitários.

O conceito de normalidade e não-normalidade transitou pela história, sendo que, cada povo e cultura estabeleceu suas próprias posições e condutas frente às pessoas com deficiência. Com as mudanças de paradigmas conquistadas, por força dos movimentos sociais organizados e pressões internacionais, o Brasil adotou como diretriz balizadora das ações e políticas públicas de educação o caminho da inclusão. Esse marco legal não apenas enfatiza o direito à educação para todos, mas também desafia a sociedade a repensar as bases de suas práticas educativas, garantindo que todos os estudantes sejam valorizados em suas singularidades.

Essa diretriz reforça a importância de garantir que o sistema educacional seja estruturado de forma a atender à diversidade dos estudantes, promovendo a inclusão e a equidade por meio de práticas pedagógicas adaptadas e serviços especializados. O NAI, nesse sentido, atua como um elemento essencial para viabilizar a aplicação efetiva dessas disposições legais, articulando ações que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas.

Desde a sua criação, o NAI tem se dedicado a articular esforços consistentes para promover um ambiente acadêmico inclusivo e acessível, contando com a articulação entre diversos atores universitários e grupos de pesquisa. Em particular, o Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação Inclusiva (NAPEI), coletivo que, de modo pioneiro, já efetivava trabalhos, estudos no campo da Educação Especial, desde o ano de 2000, conforme atestam documentos, projetos de extensão e pesquisa



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

desenvolvidos pelos membros do NAPEI, articuladamente com o Núcleo de Pesquisa e Extensão, NUPE, do DEDC XI.

Essa estrutura organizacional e colaborativa contribuiu para a base que hoje sustenta o NAI, consolidando-o como um elemento essencial na implementação e execução de políticas de inclusão no *campus*.

A partir de 2018, com a expansão das políticas de cotas, ampliou-se significativamente a presença de estudantes com necessidades especiais na UNEB, o que impulsionou a necessidade de ações afirmativas mais robustas. Diante desse cenário, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAF) ressalta a relevância dessa expansão, afirmando que:

A partir de 2018, após a aprovação no Consu da Resolução nº 1.339/2018, a UNEB ampliou seu sistema de reservas de vagas para negros e sobreviventes para indígenas e criou sobreviventes para quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero (Proaf, 2018).

Com a ampliação das políticas de cotas, a atuação do NAI tornou-se ainda mais essencial para a implementação de estratégias que não apenas facilitem o ingresso desses estudantes na universidade, mas que também garantam a sua permanência e o sucesso acadêmico.

Ao criar esse sistema mais amplo e diversificado de reservas, a UNEB não só reconheceu a complexidade das desigualdades enfrentadas por esses grupos, mas também adotou medidas concretas para garantir sua inclusão e representatividade na universidade. Essa política de sobreviventes busca promover o ingresso de estudantes que, além de enfrentarem desafios sociais e econômicos, enfrentam barreiras adicionais devido à sua identidade étnico-racial, cultural, física, cognitiva ou de gênero.

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



A implementação dessas sobrevagas representa um esforço institucional para transformar a universidade em um espaço mais equitativo, onde a diversidade é acolhida e valorizada. Esse avanço cria um ambiente acadêmico plural, enriquecido pelas experiências e conhecimentos variados que cada grupo traz consigo.

3 METODOLOGIA

Para a realização do estudo, tornou-se essencial a escolha do caminho metodológico, uma vez que a pesquisa realizada, por opção, se efetivou pela abordagem qualitativa, posto que tal perspectiva foi a mais aderente ao objeto e aos objetivos anunciados pelo estudo documental, de enfoque bibliográfico e colaborativo, na busca da compreensão da realidade vivenciada no *Campus XI*, no que tange às contribuições do NAI, no processo de inclusão e permanência de estudantes cotistas com deficiência e/ou com NEE.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Fonseca (2002) descreve a importância fundamental da pesquisa bibliográfica no processo científico, apontando que todo trabalho acadêmico começa com uma exploração rigorosa das fontes teóricas já publicadas. Esse levantamento é essencial para que o pesquisador tenha uma compreensão abrangente do que já foi estudado sobre o tema, identificando tanto os avanços quanto as lacunas no conhecimento existente.

A pesquisa bibliográfica, conforme explica Fonseca, pode ser um estágio inicial em um trabalho mais extenso, ou constituir-se como o próprio método de investigação em pesquisas que visam explorar o estado da arte sobre um determinado assunto. Nesses casos, a pesquisa se fundamenta exclusivamente na análise de fontes publicadas, como livros, artigos e até mesmo conteúdos disponíveis online, com o



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

objetivo de reunir e organizar informações prévias que contribuam para esclarecer e contextualizar o problema estudado.

A utilização de documentos escritos é essencial para a pesquisa científica, principalmente nas ciências sociais, onde eles servem como um dos principais instrumentos para entender, registrar e analisar fenômenos e processos sociais ao longo do tempo. Esses registros não apenas oferecem um testemunho direto dos eventos e ações humanas, mas também atuam como fontes de validação e evidência para a reconstrução e interpretação de contextos passados, especialmente quando são as únicas fontes disponíveis. Nesse sentido, a perspectiva de Cellard (2008) reforça a importância dos documentos como ferramentas cruciais para a compreensão das atividades humanas ao longo da história:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Segundo Cellard (2008), o termo "documento" adquire o sentido de prova — um instrumento escrito que, por direito, atesta e registra fatos ou acontecimentos específicos, servindo como evidência concreta. Ele argumenta que o documento escrito é uma fonte indispensável para pesquisadores em ciências sociais, pois oferece uma visão essencial sobre períodos passados, especialmente quando representa a maior parte dos registros da atividade humana de determinadas épocas. Em muitos casos, destaca Cellard, os documentos escritos são o único testemunho

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



de eventos particulares do passado recente, sendo, portanto, insubstituíveis para a reconstituição histórica e análise de fenômenos sociais.

Dessa maneira, a metodologia adotada neste estudo visa não apenas a coleta e organização do conhecimento existente, mas também uma análise aprofundada dos documentos e registros institucionais, na busca por compreender de forma ampla e crítica a contribuição do NAI para a construção de uma universidade mais inclusiva.

4 O NAI DO DEDC XI: QUE CONSTRUÇÃO É ESSA?

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), setor integrante do Departamento de Educação *do Campus XI*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado em Serrinha, representa uma construção institucional dedicada à promoção da acessibilidade e inclusão e permanência do sujeito, sobretudo sujeito/pessoas com deficiência e/ou com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Este núcleo é fruto de uma evolução histórica e de um compromisso contínuo com a educação inclusiva, refletindo um esforço conjunto de docentes e administradores universitários, datado desde o início dos anos 2000.

Com a intensificação das políticas públicas de educação especial no Brasil, a partir dos anos 2000, culminou no surgimento do Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação Especial (NAPEE), o qual foi criado para sensibilizar e preparar comunidades e escolas da região do sisal sobre a importância da educação inclusiva. O objetivo era promover práticas pedagógicas que atendessem às diversas necessidades dos alunos com deficiência, assegurando um ambiente educacional mais acolhedor e acessível.

Ao longo dos anos, com a ampliação das políticas de cotas e inclusão para todos, foi vista a necessidade da implementação de medidas concretas, haja vista que, até 2018, o NAI, não possuía um espaço físico próprio para as suas atividades, e não era uma construção/setor institucionalizado integrante ao departamento de educação do *DEDC 11*.

No entanto, por mobilização dos pesquisadores do GETEL, em uma reunião ordinária realizada no ano de 2018, presidida pelo Diretor do Campus XI, o Conselho Departamental aprovou por unanimidade o projeto de criação e implementação do Núcleo de Acessibilidade (NAI), destacando a importância da inclusão e



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS(TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO-ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

acessibilidade no ambiente educacional. Esse projeto visava garantir que todos os estudantes tivessem acesso e igualdade de oportunidades para aprender e participar plenamente da vida acadêmica, removendo barreiras e promovendo um ambiente inclusivo.

A certidão de ata, emitida em 20 de julho de 2018, na cidade de Serrinha-BA, e assinada pelo presidente do Conselho Departamental, é um testemunho do compromisso institucional com esses valores. A aprovação, unânime, do projeto NAI não apenas reflete o reconhecimento da necessidade de políticas inclusivas, mas também, serve como um modelo inspirador para outras instituições seguirem.

A implementação, bem-sucedida, deste projeto foi e está sendo um passo significativo para a comunidade acadêmica, pois não só beneficia os estudantes com deficiências, mas também, fomenta a consolidação de uma consciência coletiva sobre a importância da acessibilidade e da equidade na educação superior, chamando a atenção para uma nova realidade que desponta: a necessidade de discussão mais ampla sobre as práticas de acessibilidade e inclusão, no cenário universitário.

Em outras palavras, há que se pensar, construir políticas e ações pautadas na realidade do contexto acadêmico, o que nos leva a refletir que, não podemos “adaptar” ações e modelos derivados da educação básica e implantar na superior. Torna-se, de tal modo, urgente a consolidação de ações afirmativas no campo da edificação de currículos e práticas inclusivas que reflitam a realidade da Universidade.

O NAI tem objetivos que orientam as atividades, todas voltadas para a promoção da inclusão e acessibilidade na educação superior. Esses objetivos incluem formação continuada e sensibilização, promovendo palestras e cursos de formação para docentes e técnicos sobre temas relacionados à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). As ações visam aumentar a

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



conscientização sobre práticas inclusivas tanto na comunidade acadêmica quanto na população em geral. Também oferece suporte contínuo a estudantes com necessidades educativas especiais, construindo materiais didáticos, utilizando tecnologias assistivas e proporcionando atendimento especializado, por meio de parcerias consolidadas com a Secretaria Municipal de Educação, SEMED, na cidade de Serrinha. O objetivo é garantir que os estudantes tenham as ferramentas necessárias para assegurar as aprendizagens e desenvolvimento acadêmico.

A pesquisa e extensão também são incentivadas, promovendo a produção de conhecimento que possam ser aplicados, na prática pedagógica. Além disso, o núcleo desenvolve projetos de extensão que envolvem a comunidade, fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade. Parcerias são estabelecidas com outras instituições de ensino, organizações não-governamentais e órgãos públicos para trocar experiências e implementar projetos conjuntos que beneficiem a população com NEE/ com deficiências.

As ações do NAI são respaldadas por uma série de marcos legais e políticas públicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência à educação. Entre os documentos mais relevantes estão a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família; a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão; o Decreto nº 5.296/2004, que define normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência; e o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Seguindo o ideário da inclusão, Vygotsky (2007), enfatiza a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, argumentando que a aprendizagem ocorre através da mediação cultural e social, com a linguagem desempenhando um papel central neste processo. A aplicação dos princípios *vygotskianos* reforça a criação de um ambiente educacional onde a comunicação e a interação são valorizadas como ferramentas essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com NEE.

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

companheiros mais capazes. (Vygotsky, 1991, p.97).

Vygotsky (1991) destaca seu conceito de "Zona de Desenvolvimento Proximal" (ZDP), que é a diferença entre o que uma pessoa pode fazer sozinha e o que pode realizar com ajuda. Segundo o autor, o desenvolvimento cognitivo ocorre de forma mais efetiva quando há mediação de adultos ou colegas mais experientes, pois essa interação facilita a aprendizagem de habilidades e conhecimentos que o indivíduo ainda não domina completamente. Esse conceito é particularmente relevante para a educação inclusiva, pois sugere que a aprendizagem colaborativa e o suporte direcionado podem ampliar o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes com NEE, promovendo sua integração social e acadêmica de forma mais eficaz.

Com a mediação adequada, é possível potencializar a aprendizagem desses alunos, tornando o processo mais inclusivo e enriquecedor para todos.

Dessa forma, o coletivo do Campus XI, composto por gestores, docentes, discentes, analistas e técnicos, tem implementado diversas ações para promover a inclusão. Entre essas ações, destacam-se a criação de materiais didáticos acessíveis, a formação continuada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula e a implementação de tecnologias assistivas. Essas práticas refletem um esforço colaborativo e contínuo para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais.

Adicionalmente, as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelo NAI incluem a formação de grupos de apoio para estudantes com NEE, a oferta de atendimento psicológico e a criação de um espaço físico acessível e acolhedor no *campus*. A mediação pedagógica tem sido fundamental para enfrentar os desafios da inclusão,



proporcionando um ambiente de aprendizagem que respeita e valoriza as diferenças individuais.

Em todos os aspectos, ao estudar documentos internos do NAI, percebemos total implicação das ações desenvolvidas, com as políticas de cotas, principalmente, pela institucionalização, no ano de 2018, da Comissão de validação da documentação e demais documentos para acesso a política de cotas da UNEB. A constituição da comissão interna do DEDC XI, naquele ano, encontrou ecos e ressonâncias no trabalho do NAI, sendo este setor, principal articulador dos trabalhos da referida comissão interna. De tal modo, encontramos, por meio do estudo que efetivamos, com a pesquisa integrante do Edital Afirmativa 103/2023, constatações importantes, que interconectam as ações do NAI com os trabalhos da comissão de validação de documentos para acesso ao sistema de cotas da UNEB.

5 A POLÍTICA DE COTAS DA UNEB COMO AÇÃO AFIRMATIVA, INCLUSIVA E DE ACESSIBILIDADE?

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem uma trajetória marcante no cenário das políticas de cotas no Brasil. Desde o início dos anos 2000, a instituição tem se destacado por sua postura pioneira e compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior.

Para compreender a relevância das cotas na UNEB, é necessário voltar ao final do século XX. Naquela época, o Brasil enfrentava profundas desigualdades sociais e raciais. O acesso à educação superior era restrito, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas e quilombolas. Foi nesse contexto que, em 2000, a UNEB tomou uma decisão corajosa: implementar um sistema de cotas raciais. A medida visava a garantir que estudantes autodeclarados negros e negras tivessem oportunidades iguais de ingressar na universidade. A partir de 2003, 40% das vagas nos cursos de graduação foram reservadas para candidatos afrodescendentes que haviam cursado o Ensino Médio em escolas públicas.

A implementação das cotas não foi isenta de desafios. Houve debates acalorados sobre meritocracia, igualdade de oportunidades e a necessidade de reparação histórica. Questionamentos sobre os efeitos das cotas sobre a qualidade acadêmica e sobre o princípio da igualdade foram amplamente discutidos. No entanto,



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

a UNEB manteve sua posição, baseada na convicção de que a diversidade enriquece o ambiente acadêmico e contribui para uma sociedade mais justa.

Diante dos desafios, que ainda persistem, no âmago das ações e políticas afirmativas, em termos da continuidade dos debates, para ilustrar os argumentos que tecemos ao longo do artigo, fizemos um levantamento, junto a Secretaria Acadêmica do DEDC XI, quanto ao quantitativo de pessoas, que o sistema de cotas, conseguiu incluir nos cursos de graduação do DEDC XI, UNEB. obtendo dados que compõem a tabela:

Tabela 1: Relação dos estudantes ingressos na Universidade Do Estado Da Bahia - UNEB *Campus XI*, através do sistema de cotas no período de 2003.1 a 2024.1.

Administração	Geografia	Pedagogia
362	249	628

Fonte: Secretaria Acadêmica, DEDC XI, 2024.

O sistema de cotas, implementado pela UNEB, tem sido uma ferramenta essencial para promover a inclusão e a diversidade nesta instituição de ensino superior. Na tabela, quantifica-se os estudantes ingressos na UNEB, *Campus XI - Serrinha*, através do sistema de cotas nos cursos de Administração, Geografia e Pedagogia, focando em três categorias principais: estudantes com deficiência (PCD), indígenas e negros. A tabela também inclui casos de outros grupos, como quilombolas e LGBTQIAPN+. Esta análise busca compreender a distribuição temporal e o impacto do sistema de cotas sobre a composição estudantil.



Tabela 2: Estudantes que ingressaram no curso de Administração por meio das cotas destinadas a indígenas e pessoas com deficiência (PCD) ao longo dos anos

COTAS	INGRESSO	PERÍODO	QUANT.
PCD	SISU	2019.2	01
ÍNDIO	VESTIBULAR	2008.1	03
		2011.1	01
	SISU	2014.1	01
		2015.1	01

Fonte: Secretaria Acadêmica, DEDC XI, 2024.

No curso de Administração, observamos uma presença significativa de cotistas negros ao longo dos anos. Desde 2003.1 até 2024.1, o número de estudantes negros variou entre 16 e 23 por período, totalizando 355 alunos ingressos com cotas raciais. O sistema SISU (Sistema de Seleção Unificada) e o vestibular tradicional foram as principais vias de acesso.

Os estudantes indígenas e PCDs têm presença muito mais esparsa. Somente seis estudantes indígenas ingressaram entre 2008.1 a 2015.1. O número de PCDs é ainda menor, com apenas um ingresso registrado em 2019.2.

Tabela 3: Estudantes que ingressaram no curso de Geografia por meio das cotas destinadas a indígenas e pessoas com deficiência (PCD) ao longo dos anos.

COTAS	INGRESSO	PERÍODO	QUANT.
PCD	SISU	2020.1	01
ÍNDIO	VESTIBULAR	2008.2	02
		SISU	2014.2

Fonte: Secretaria Acadêmica, DEDC XI, 2024.

O curso de Geografia também apresenta uma presença significativa de cotistas negros, com 245 ingressos de 2005.2 a 2024.1. Os números são bastante constantes, variando entre 12 e 20 por período. Assim como em Administração, a entrada de PCDs e indígenas é limitada: apenas três indígenas ingressaram entre 2008.2 e 2014.2, e um PCD em 2020.1.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

Tabela 4: Estudantes que ingressaram no curso de Licenciatura em Pedagogia por meio das cotas destinadas a pessoas com deficiência (PCD), indígenas, quilombolas e LGBTQIA+ ao longo dos anos.

COTAS	INGRESSO	PERÍODO	QUANT.
PCD	VESTIBULAR	2019.1	01
ÍNDIO	VESTIBULAR	2008.1	01
QUILOMBOLA	SISU	2019.1	01
LGBTQIAPN+	VESTIBULAR	2020.1	01

Fonte: Secretaria Acadêmica, DEDC XI, 2024.

O curso de Pedagogia destaca-se pela maior diversidade entre os cotistas. Com um total de 624 cotistas negros entre 2004.1 e 2024.1, o curso apresenta a maior quantidade absoluta de ingressos dessa categoria. Além disso, inclui um estudante PCD (2019.1), um quilombola (2019.1) e uma pessoa da comunidade LGBTQIAPN+ (2020.1). O ingresso de estudantes indígenas é igualmente raro, com apenas um estudante registrado em 2008.1.

A análise das tabelas revela que os estudantes negros constituem a maior parte dos cotistas, especialmente nos cursos de Administração e Pedagogia. Esta dominância sugere que as políticas de cotas têm sido mais eficazes para este grupo. Entretanto, a baixa presença de estudantes indígenas, quilombolas, PCDs e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ indica que essas políticas podem não estar sendo igualmente eficazes para todos os grupos minoritários.

Há uma constância na presença de cotistas negros ao longo dos anos, o que sugere uma estabilização no ingresso desses estudantes. No entanto, a estabilidade numérica não necessariamente reflete uma melhoria nas condições de permanência e sucesso acadêmico desses estudantes.



Para indígenas e PCDs, a baixa frequência de ingressos sugere barreiras adicionais no acesso ao ensino superior, que podem incluir desde a falta de informações sobre o sistema de cotas até a inadequação dos processos seletivos para acomodar suas necessidades específicas.

Os dados sugerem que, embora o sistema de cotas tenha sido bem-sucedido em aumentar a diversidade racial nos cursos analisados, há uma necessidade clara de expandir e melhorar essas políticas para outros grupos.

A presença esparsa de indígenas, PCDs e LGBTQIAPN+ nos dados indica que as políticas de cotas atuais podem não ser suficientemente abrangentes ou adaptadas para atender às necessidades específicas desses grupos. Isso levanta questões sobre a equidade e a verdadeira inclusão que o sistema de cotas busca promover.

Embora tenha a oferta de cotas para estudantes PCDs, indígenas, ciganos, quilombolas e LGBTQIAPN+, percebe-se que tais grupos não gozam dos direitos que, por muito tempo, foram-lhes negados. Ao observar o perfil dos estudantes, dentro da universidade, é perceptível que o número não corresponda com os dados observados na tabela, sendo que, muitos desses estudantes, que têm direitos ao sistemas cotas, acabam não ingressando na universidade através desse sistema. Neste ínterim, vários fatores podem contribuir para essa discrepância. Primeiramente, pode haver uma falta de informação ou compreensão sobre a existência e os benefícios das cotas entre esses grupos; adicionalmente, pode haver estigma associado a se identificar como PCD ou LGBTQIAPN+ durante o processo de seleção, levando muitos a optarem por ingressar pela ampla concorrência.

Para além da relação de pessoas que ingressam na universidade através do sistema de cotas ou não, há outro ponto/fenômeno crítico identificado nos processos seletivos da UNEB *Campus XI*, como SISU e vestibular, é a presença de estudantes que passam nas cotas destinadas a PCDs e LGBTQIAPN+, mas que não comparecem para a validação e acabam perdendo a vaga. Esta situação sugere várias questões importantes:

A falta de comparecimento pode indicar que os estudantes não estão suficientemente informados sobre os passos necessários para validar a documentação que garante acesso a vaga. Alternativamente, pode haver uma falta de interesse ou confiança no processo; questões como distância, custos de viagem, ou incompatibilidade de horários podem impedir que os estudantes compareçam para



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS(TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO-ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

a validação; o medo de estigma ou discriminação pode levar alguns estudantes a evitarem se identificar como PCDs ou LGBTQIAPN+ durante a validação, preferindo declinar da vaga, aumentando assim, a evasão e exclusão.

Mesmo com os avanços e melhorias nas políticas de cotas e inclusão, a UNEB, *Campus XI* ainda tem um longo caminho a percorrer, haja vista que a acessibilidade, inclusão e a permanência são processos longos, árduos e cansativo. Com a institucionalização e ampliação das ações do NAI, as barreiras pouco a pouco, vão sendo demolidas, e rapidamente aparecendo, pois assim é a inclusão, uma verdadeira montanha russa, na qual às vezes somos passageiros, às vezes os maquinistas.

O NAI tem desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão e na garantia da permanência de estudantes com NEE e/ou com deficiência. Apesar dos avanços, a UNEB, *Campus XI* ainda enfrenta desafios. Possui um Comissão interna de Validação de documentação para acesso a Cotas, entretanto, a ausência de mecanismos de heteroidentificação limita a eficácia das políticas de cotas raciais. A heteroidentificação é crucial para evitar fraudes e assegurar que as vagas reservadas sejam efetivamente ocupadas por indivíduos pertencentes aos grupos que as cotas visam beneficiar. A continuidade e a ampliação dessas políticas, aliadas a um suporte robusto para os estudantes cotistas, são essenciais para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso desses estudantes no ensino superior. Em última análise, o sucesso do sistema de cotas será medido pela capacidade de promover a inclusão e equidade educacional para todos os grupos minoritários.

Na tabela 1 fica perceptível o número de pessoas que ingressam na UNEB, *Campus XI*, através do sistema de cotas. Porém esses números não refletem o todo, ou seja, as pessoas que conseguiram concluir a graduação.

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



Tabela 5: Discentes Concluintes assistidos pelo sistema de cotas de 2003 a 2024.1

Discentes assistidos pelo sistema de cotas	
Administração	212
Geografia	131
Pedagogia	417

Fonte: Secretaria Acadêmica, DEDC XI, 2024

Ao analisar a tabela 5, fica evidente a disparidade quando comparada a tabela 1, o número de pessoas concluintes não condiz com os estudantes ingressos pelo sistema de cotas.

Primeiramente, ao observar o número total de ingressos de cotistas na tabela 1, é evidente que houve uma adoção significativa dessas políticas. Em Administração, 362 estudantes; em Geografia, 249 estudantes; e em Pedagogia, 628 estudantes ingressos no período de 2003 a 2024.1.

No entanto, ao comparar esses dados com os números de concluintes cotistas entre 2003 e 2024.1, nota-se uma discrepância. Em Administração, dos 362 ingressos, 212 concluíram o curso; em Geografia, dos 249 ingressos, 131 concluíram; e em Pedagogia, dos 628 ingressos, 417 concluíram. Essas taxas de conclusão – aproximadamente 58,6% para Administração, 52,6% para Geografia e 66,4% para Pedagogia – sugerem que, embora as políticas de cotas estejam bem implementadas na fase de ingresso, ainda existem desafios significativos para garantir a permanência e a conclusão desses estudantes.

Esta diferença pode ser atribuída a vários fatores. Estudantes cotistas frequentemente enfrentam dificuldades adicionais em relação aos seus colegas não cotistas, como falta de recursos financeiros, necessidade de trabalhar durante os estudos, e deficiências na formação escolar anterior. Essas barreiras podem impactar negativamente o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, as taxas de conclusão. Além disso, também há a necessidade de políticas complementares às cotas, que visem o apoio contínuo aos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

A UNEB, *Campus XI* ao longo dos anos vem empreendendo esforços através do NAI para promover a inclusão, escuta e suporte aos estudantes. No entanto, é importante reconhecer que muitos estudantes não entram por meio de cotas, o que torna mais desafiador identificar aqueles com deficiência sem um olhar atento.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS (TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO- ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

Além disso, nos processos seletivos, a interseccionalidade dos indivíduos não é respeitada adequadamente; por exemplo: estudantes que são negros e têm deficiência, enfrentam dificuldades na escolha da cota apropriada. Da mesma forma, há casos de estudantes negros, com deficiência e LGBTQIAPN+ que enfrentam essa mesma dificuldade. A universidade ainda não possui políticas específicas voltadas para essas peculiaridades, o que muitas vezes, obriga os indivíduos a abdicarem de partes de suas identidades no momento da inscrição.

Em suma, os dados mostram que as políticas de cotas têm sido eficazes em termos de acesso, mas revelam uma necessidade urgente de melhorias no suporte durante a trajetória acadêmica. Garantir que os estudantes cotistas não apenas ingressam, mas também concluem seus cursos, é fundamental para a real inclusão e para a promoção de uma sociedade mais equitativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise abrangente das políticas de cotas na UNEB, *Campus XI*, é evidente que avanços significativos foram alcançados em termos de diversidade racial no acesso ao ensino superior. No entanto, os dados também destacam lacunas significativas na inclusão de outros grupos minoritários, como indígenas, PCDs e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Essas disparidades indicam a necessidade urgente de ajustes nas políticas existentes, tornando-as mais abrangentes e adaptadas às necessidades específicas de cada grupo.

Um ponto positivo a ser destacado é a estabilidade observada na presença de estudantes cotistas negros ao longo dos anos, o que sugere uma continuidade nos esforços de inclusão racial. Contudo, essa estabilidade numérica não deve ser

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



confundida com sucesso acadêmico e inclusão efetiva. É crucial implementar políticas que não só facilitem o ingresso, mas também garantam a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes cotistas.

Para melhorar, é fundamental ampliar os mecanismos de informação e suporte para estudantes indígenas, PCDs e LGBTQIAPN+, desde o processo seletivo até a conclusão dos cursos. Isso inclui melhorias na divulgação das cotas, na adequação dos processos seletivos e na implementação de políticas de apoio acadêmico e emocional ao longo da trajetória universitária.

A criação de políticas que reconheçam e respeitem a interseccionalidade dos indivíduos também é essencial, permitindo que todos os estudantes possam se identificar integralmente sem precisar abdicar de partes de suas identidades. Além disso, a ampliação das ações NAI são passos cruciais para remover as barreiras existentes e garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham igualdade de oportunidades e suporte necessário para alcançar seus objetivos educacionais.

Além disso, o NAI trabalha na sensibilização da comunidade universitária sobre as questões de acessibilidade e inclusão, promovendo *workshops*, palestras e campanhas educativas. Essas iniciativas não só aumentam a conscientização, mas também combatem estigmas e preconceitos associados às deficiências. Outro aspecto crucial é o suporte psicopedagógico oferecido pelo NAI, que auxilia os estudantes na adaptação ao ambiente acadêmico e na superação de desafios pessoais e acadêmicos. Isso é especialmente importante para estudantes cotistas que enfrentam barreiras adicionais além das socioeconômicas, como estudantes negros com deficiência ou LGBTQIAPN+.

Ademais, é crucial que a UNEB implemente mecanismos eficazes de heteroidentificação para assegurar que as vagas reservadas às cotas sejam ocupadas por indivíduos que genuinamente necessitam dessas políticas, garantindo assim a equidade e a eficácia das cotas raciais e sociais.

Em síntese, a interseção entre o sistema de cotas e o compromisso do NAI na UNEB, representa um avanço significativo rumo à democratização do ensino superior e à promoção da igualdade de oportunidades. Ao integrar políticas de inclusão com ações afirmativas, a UNEB não apenas amplia o acesso de grupos historicamente excluídos, como estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos, PCDs e



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 2675-5718

ELITE CONVERSAS(TRANS-INTER-MULTI) DISCIPLINARES SOBRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO-ISSN 26755718-REVISTA
- ano 6, nº6, Jan/dez. 2024

LGBTQIAPN+ egressos de escolas públicas, mas também na medida do possível tentam garantir que esses estudantes recebam o suporte necessário para prosperar academicamente.

129

7 REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CELLARD, A. **A Análise Documental**. In: POUPART, J. et al. (Orgs). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PROAF. Pró-reitoria de Ações Afirmativas da UNEB. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proaf/programa-afirmativa/>. Acesso em: 15 novembro de 2024

SILVA, Marcia. R. J. M.; CARDOSO, Jusceli. M. O. C. **Núcleo de acessibilidade e apoio à educação inclusiva do Departamento de Educação Campus XI – Serrinha**. Serrinha: UNEB, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.